

INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NAS ESCOLAS REGULARES: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO CENÁRIO EDUCACIONAL.

Márcia Raika e Silva Lima¹

Ana Valéria Marques Fortes Lustosa²

RESUMO

A inclusão vem sendo discutida sistematicamente nas duas últimas décadas, entretanto não se observa, na prática, a aplicação da legislação em vigor, constituindo-se essa temática em polêmica que envolve a comunidade educacional como um todo. Observa-se, contudo, que no caso das crianças e adolescentes com altas habilidades/superdotação, essa discussão é incipiente. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo discutir o processo inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação na rede estadual de educação. Trata-se de uma pesquisa em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. A relevância desse estudo para o Estado do Piauí é imensa, pois nunca antes na sua história esse grupo recebeu atenção, visto que o investimento nesses alunos trará contribuições significativas para o desenvolvimento econômico e sociocultural. Para tal, a pesquisa em andamento tem caráter qualitativo, especificamente estudo de caso, e adotará como instrumentos de coleta de dados a entrevista semi-estruturada, com professores da rede estadual, pais e alunos, e roteiros de observação, de modo a responder os seguintes questionamentos: Qual o conceito e a concepção de altas habilidades/superdotação dos docentes que trabalham em escolas públicas? Que atividades metodológicas são desenvolvidas pelos docentes que ensinam alunos com altas habilidades/superdotação? Qual o perfil desse alunado? O referencial teórico se constituirá pelos seguintes teóricos, entre outros: Alencar; Fleith (2007), Figueiredo (2002), Fortes-Lustosa (2007), Guimarães e Mello (2005), Macedo (2006), Mantoan (2006), Pérez (2007), Sabatella (2005), Rech e Freitas (2005), Rosa (2002), Virgolim (2007).

Palavras-chaves: Inclusão. Altas habilidades/superdotação. Alunos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a inclusão de crianças e adolescentes com altas habilidades/superdotação no ensino regular. Partindo desta realidade educativa propomos como objeto de reflexão o processo de inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação, identificados e acompanhados pelo Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação (NAAH/S), que estudam em escolas públicas estaduais, em Teresina, visto que a proposta de incluir estes alunos no ensino regular tem encontrado enormes dificuldades como a falta de conhecimento sobre essa área educacional, a ausência de profissionais qualificados para atuar na área e ambientes escolares com estruturas e propostas curriculares inadequadas.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPI

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPI

O interesse por este estudo decorre do fato destes alunos pertencerem à área nomeada educação especial, estarem imersos na heterogeneidade de indivíduos que compõem os espaços escolares do ensino regular, mas não serem tão facilmente identificados, como a maioria dos alunos que fazem parte desta modalidade de ensino. Não obstante tal fato, eles também necessitam de acompanhamento especializado para que possam ser estimulados e, assim, desenvolvam suas capacidades, talentos e áreas específicas de interesse.

De modo geral, incluir alunos com necessidades educativas específicas na escola regular significa trabalhar com a diversidade, oportunizar a convivência com outros indivíduos da mesma faixa etária, mas, principalmente, evitar a exclusão e a segregação a que foram submetidos durante tanto tempo. Ao possibilitar maior contato com as demais crianças, a inclusão contribui para o desenvolvimento, assim como para a aprendizagem destas crianças, desfazendo os preconceitos presentes até hoje na sociedade.

No contexto da educação inclusiva, pretendemos investigar como está ocorrendo o processo de inclusão dos alunos que apresentam características de altas habilidades/superdotação identificadas pelo NAAH/S nas escolas públicas estaduais, as estratégias metodológicas utilizadas pelos docentes na sua prática educativa, frente a estes alunos, o perfil desses alunos e a sua relação no contexto social e familiar, assim como identificar o seu desenvolvimento antes e depois do ingresso no núcleo.

Como pressupostos teóricos desta pesquisa encontram-se as idéias dos seguintes teóricos, dentre outros: Alencar e Fleith (2007), Chizzotti (2006), Figueiredo (2002), Fortes-Lustosa (2007), Guimarães e Mello (2005), Macedo (2006), Mantoan (2006), Moreira e Caleffe (2006), Pérez (2007), Sabatella (2005), Rech e Freitas (2005), Rosa (2002), Virgolim (2007), os quais consideram a inclusão como uma necessidade educacional que precisa ser efetivada na sua concretude, na sua totalidade. Nesta perspectiva nos deparamos com o seguinte problema de pesquisa: Como ocorre a inclusão dos alunos com altas habilidades/superdotação que estudam em escola pública estadual regular, identificados e acompanhados pelo Núcleo de Atividades de Altas hbilidades/superdotação - NAAH/S?

Para nortear este processo investigativo, temos por objetivo geral investigar o processo de inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação que estudam em escolas públicas estaduais e, como específicos: identificar conceito(s) adotados pelos professores da rede estadual que possuem na classe alunos com altas

habilidades/superdotação; Caracterizar o perfil de alunos com altas habilidades/superdotação; Investigar como ocorre a inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação nas escolas públicas estaduais; Conhecer as estratégias metodológicas desenvolvidas pelos docentes que ensinam alunos com altas habilidades; Verificar como a família convive com alunos com altas habilidades / superdotação.

A relevância desse estudo para o cenário educacional é imensa, pois acreditamos que trará benefícios para toda a comunidade escolar haja vista a inexistência de estudos nessa área no Estado do Piauí. Por essa razão, avaliamos que é fundamental considerar a dimensão histórico-cultural desse processo, considerando a dinamicidade e complexidade presente na sociedade contemporânea. A pesquisa, em andamento, tem caráter qualitativo, especificamente estudo de caso e adotará como instrumentos de coleta de dados a entrevista com professores da rede estadual e com a equipe do NAAHS, pais e alunos, e roteiros de observação.

2. Inclusão e altas habilidades/superdotação: suportes que as fundamentam

Muitos estudos e discussões têm sido realizados sobre a educação de alunos com altas habilidades/superdotação no contexto do sistema educacional brasileiro nos dias atuais, os quais consistem em reafirmar que esta temática vem sendo alvo de debates no cenário político, educacional e por diversos pesquisadores das mais diversas áreas e nacionalidades. Podemos concordar que em nenhum outro momento da história contemporânea, tanto interesse foi despertado no sentido de entender e incluir o aluno com altas habilidades/superdotação quanto no momento atual.

Tal relevância surge devido a fatores como o reconhecimento das vantagens que esses alunos podem trazer para o país, maior facilidade de comunicação entre educadores e especialistas de diferentes países, emergência de um novo conceito de riqueza, devido ao crescente evolução no campo da ciência e da tecnologia (ALENCAR 1994, p.55).

Apesar de ser perceptível a existência de crescente interesse quanto ao estudo das altas habilidades /superdotação é possível observar que esta é uma área altamente polêmica, permeada por controvérsias e preconceitos. Como ocorre em outros países, no Brasil, também se questiona sobre a necessidade de programas especiais para os alunos com altas habilidades/superdotados, por considerarem que estes já possuem uma inteligência privilegiada, o quociente intelectual (QI) elevado, e que se deve beneficiar

alunos com dificuldades de aprendizagem, considerando, assim, de caráter elitista as propostas educacionais voltadas para esse grupo.

Em meio a estas controvérsias, a inclusão dos alunos com altas habilidades/superdotação nas escolas regulares se mostra incipiente. Nesse sentido, considera-se que o aprofundamento e a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos sobre a educação inclusiva e sobre esses alunos podem vir a desmistificar idéias estereotipadas sobre a pessoa com altas habilidades/superdotação, “vista principalmente sob a ótica da pessoa academicamente precoce e capaz de feitos maravilhosos” (VIRGOLIM, 2007, p.11).

Perseguindo esse fim, contamos um vasto referencial teórico de autores que buscam disseminar e desfazer idéias errôneas acerca de alunos com altas habilidades/superdotação explorando todos os campos de pesquisa sobre essa especificidade da educação especial. Pérez (2007, p.39) nos dá sua contribuição, alertando sobre as idéias errôneas presentes no pensamento popular sobre os alunos com altas habilidades/superdotação ao afirmar que:

Enquanto os educadores e a sociedade como um todo não forem capazes de diferenciar mitos de realidade, enquanto estes alunos não saírem da invisibilidade e não forem distinguidas as suas necessidades, enquanto os dispositivos que visam a construir políticas educacionais continuarem apenas “falando” deste aluno como alvo da inclusão sem “pensar” em estratégias reais de inclusão, enquanto não for “permitido” a este aluno se auto-reconhecer e se aceitar, enquanto não se aumentar a produção científica e os pesquisadores na área de altas habilidades, a sua inclusão não será possível.

A autora nos impulsiona a ampliar o conhecimento acerca desse tema. Nesse sentido, no próximo tópico será abordada a discussão conceitual referente a esse grupo.

2.1 Altas habilidades/superdotação: a profusão conceitual

Alunos com altas habilidades/superdotação apresentam necessidades educativas específicas e necessitam ser atendidos e acompanhados por profissionais qualificados, que os compreendam nas suas mais variadas especificidades, para que possam estimulá-los ao desenvolvimento de suas potencialidades e talentos. Pérez (2007) aponta para a dificuldade em identificar os alunos com altas habilidades/superdotação devido à variedade de terminologias conceituais ou simplesmente pela falta de informação,

proposição que esclarece o fato da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais excluir os demais alunos, dentre eles os alunos com características de altas habilidades/superdotação.

Intensificando a abordagem nesta área, percebe-se que o conceito de altas habilidades/superdotação tem mudado ao longo do tempo e assumido diferentes conotações, dependendo da cultura na qual estamos envolvidos. “A palavra superdotado foi inicialmente usada para identificar indivíduos que se colocavam na faixa superior de cinco por cento da população, após um teste de inteligência geral” (SABATELLA 2005, p.45)

Entretanto, atualmente o termo superdotação está muito além do que podem mensurar os testes, devendo, portanto, sua definição ter maior abrangência. Em consonância Pérez (2006, p. 40), afirma que,

[...] as inteligências não são objetos que se possam contabilizar, mas potenciais que poderão ser ativados ou não, segundo o contexto sócio-cultural de cada indivíduo, na qual as oportunidades oferecidas a estes indivíduos, os valores e as decisões pessoais de seus cuidadores cumpram um papel fundamental na ativação desses potenciais.

Diante da variedade nas conceituações atribuídas às altas habilidades/superdotação, inclusive de nação a nação, percebe-se a dificuldades de estudos sobre a temática e da implementação de um atendimento educacional especializado, adequado às necessidades do aluno com altas habilidades/superdotação. Mesmo diante dos grandes interesses e avanços que se percebe nesta área.

A atual legislação educacional brasileira, LDBEN lei nº. 9394/96, ao referir-se á modalidade da educação especial, adota o corrente uso da palavra superdotado para denominar esta categoria de alunos com necessidades educativas especiais e justificar a necessidade de um atendimento adequado às necessidades diferenciadas que apresentam. Utiliza-se dos termos “altas habilidades” e “superdotação”, em que o primeiro dá maior ênfase ao desempenho do que às características da pessoa, enquanto que o segundo sugere habilidades extremas. Nesse sentido, o Ministério da Educação adota a seguinte definição ao termo:

Crianças superdotadas e talentosas as que apresentam notável desempenho e/ou elevada potencialidade nos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual superior; aptidão acadêmica específica; pensamento criador ou produtivo; talento

especial para artes visuais, artes dramáticas e música; capacidade psicomotora (BRASIL, 2001. p. 13).

Nesse sentido, as instituições escolares que já fazem parte do contexto da educação inclusiva estão sendo cotidianamente provocadas a buscar nas suas ações pedagógicas respostas educativas, comuns e diversificadas, para que possam trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, inclusive os que apresentam altas habilidades/superdotação, respeitando suas especificidades. Para o sucesso destas respostas faz-se necessária uma mudança em todo o cenário da instituição, como melhorias na sua estrutura física, adequações curriculares e, principalmente, na conduta ética daqueles que lá trabalham.

A abrangência do interesse por estes indivíduos e pelos estudos nesta temática, Renzulli (apud FORTES-LUSTOSA, 2004, p. 87) apresenta alguns critérios a serem considerados quando da elaboração de uma definição acerca das pessoas com altas habilidades/superdotação:

a) deve estar fundamentada em pesquisas acerca dos superdotados e não em simples opiniões, b) deve possibilitar o desenvolvimento de instrumentos e procedimentos de identificação a partir de suas diretrizes, c) além de orientar acerca do desenvolvimento de instrumentos e do processo de seleção, deve estar relacionada à programação de práticas, tais como seleção, treinamento de professores e d) deve gerar pesquisas que verifiquem a sua validade.

Um das concepções sobre altas habilidades/superdotação mais aceita pelos estudiosos deste grupo de indivíduos é aquela proposta no Modelo dos Três Anéis, resultante do trabalho de Joseph Renzulli, sendo a qual a superdotação deve ser considerada a partir da interseção entre criatividade, envolvimento com a tarefa e habilidade intelectual superior.

De acordo com Renzulli (2004 apud VIRGOLIM, 2007, p. 33) os comportamentos de superdotação podem ser entendidos ao serem analisadas duas amplas categorias de habilidades superiores nas quais o aluno pode encaixar-se: a superdotação escolar que diz respeito aos alunos que se destacam nas atividades escolares e a superdotação criativo-produtiva presente em alunos que apresentam habilidades para o desenvolvimento de materiais e produtos originais.

Renzulli mostrou-se interessado especialmente pelo segundo tipo, o produtivo-criativo, devido à análise de pesquisas com amostra de indivíduos criativo-produtivos realizada por ele, na qual constatou que:

[...] as pessoas que, no desenrolar da história foram reconhecidas pelas contribuições únicas, originais e criativas demonstraram possuir um conjunto bem definido dos traços, a saber: habilidade acima da média (mas não necessariamente superior), criatividade e envolvimento com a tarefa (motivação), expresso em alguma área do conhecimento humano. (VIRGOLIM, 2007, p. 162).

Em consonância com as questões conceituais apresentadas, destacamos a enorme dificuldade enfrentada pelos alunos com altas habilidades/superdotação por não terem suas habilidades e talentos reconhecidos e desenvolvidos em função da falta de conhecimento dos profissionais da educação acerca das suas características, maiores responsáveis á condução e acompanhamento destas pessoas no cenário educacional.

2.2 Inclusão: um processo além da inserção

A idéia de inclusão ultrapassa a simples ação de inserir no ensino regular a criança com deficiência, pois implica dar uma outra lógica para a escola, de forma que não seja possível pensar na possibilidade de criança nenhuma ficar fora dela (FIGUEIREDO, 2002).

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nos dias atuais, conforme apontado anteriormente, vem ocorrendo em decorrência do disposto na Constituição Federal de 1988 que pontua vários dispositivos relacionados a pessoas com deficiência, da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9.394 / 96, que contém aspectos importantes sobre a educação especial e, principalmente, como descrevem muitos autores, em função dos documentos oficiais em que o Brasil é signatário, como por exemplo, a Declaração de Salamanca, de junho de 1994. Essa declaração representou um novo ponto de partida para as ações da educação especial ao reafirmar que todas as pessoas têm direito à educação, inclusive as crianças e jovens excluídos dos sistemas de ensino por portarem necessidades educacionais diferentes da maioria dos outros alunos. De acordo com a Declaração de Salamanca,

Acreditamos e proclamamos que: cada criança tem direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas

regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades [...]. (1994, p.1)

Neste sentido, esperamos que as instituições escolares passem pelas modificações necessárias, tais como: na prática pedagógica docente a homogeneização dê lugar à individualidade do ensino, que a organização do trabalho escolar se dê em tempos e espaços diversificados e contemplem os diferentes ritmos e habilidades dos alunos, favorecendo seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Percebemos avanço nos dias atuais quanto à educação inclusiva de pessoas com necessidades educacionais especiais. Contudo, essa situação nem sempre foi assim, pois desde a Antiguidade essas pessoas foram segregadas, excluídas e muitas vezes assassinadas por serem consideradas incapazes.

Já no século XX, surgem escolas destinadas a pessoas com necessidades especiais, ainda com características predominantemente segregadoras. Na década de 80, nos Estados Unidos, os alunos com deficiência não eram considerados dignos de educação formal. Por volta dos anos 90, com base na psicologia e na epistemologia genética de Jean Piaget, começaram a serem feitas leituras da deficiência mental, surgindo uma nova maneira de compreender o desenvolvimento das pessoas com deficiência (ROSA, 2002).

Em função dessa trajetória, já amplamente conhecida, Mantoan (2006) afirma que a inclusão consiste em mudança do paradigma atual, com alterações de monta na estrutura curricular, avaliativa e no gerenciamento do processo educativo. Dessa forma, não é só inserir um aluno a mais na classe, mas buscar práticas educativas que contemplem a sua aprendizagem, respeitando as suas particularidades quanto ao ritmo de aprendizagem, desenvolvimento e interesses.

Nesta perspectiva, propostas voltadas para uma educação para todos, sustentam-se na contribuição significativa que esse grupo social pode proporcionar na superação do preconceito e no desenvolvimento do autoconceito dos alunos especiais e dos demais alunos, que refletem sobre suas ações a partir da convivência no dia-a-dia.

Pensar a escola enquanto norteadora de uma prática educativa inclusiva recorda-nos a pessoa do professor que se depara com alunos que são rápidos em raciocínio, boa memória, atentos, concentrados e outros que apresentam perfil contrário em todos esses aspectos. Essa heterogeneidade mostra que os educadores precisam buscar condições de se adequar ao contexto vigente através da formação continuada.

2.3 Altas habilidades/superdotação e a docência: (in) formar para incluir

No processo inclusivo torna-se essencial que o docente adquira conhecimento sobre o alunado da educação especial de forma a poder auxiliar no desenvolvimento e acompanhamento desses indivíduos, respeitando as suas particularidades e propiciando um ambiente educacional adequado.

O ambiente escolar oportuniza a efetivação da inclusão dos alunos com necessidades educativas específicas quando as atividades realizadas pela instituição escolar lida de forma eficaz com a diversidade. Nesse sentido, cabe ressaltar a importante função socializadora da escola nesse processo.

No caso dos alunos superdotados, a escola pode, em função do desconhecimento, impedir seu pleno desenvolvimento, pois estes são considerados capazes de se desenvolver e aprender sozinhos, ou ainda, por considerar somente aqueles que possuem uma capacidade intelectual superior, talento nas áreas acadêmicas, excluindo totalmente aqueles que possuem talentos nas outras áreas (artísticos, psicomotores, musical, corporal-sinestésico), estes dificilmente serão conhecidos como pessoas com características de altas habilidades /superdotação, posto que seus interesses não são contemplados pelo currículo do ensino regular (PÉREZ, 2007). Mas, sabemos que é na escola que eles poderão encontrar seus pares para uma melhor convivência e troca de experiências, ação que somente trará benefícios ao seu pleno desenvolvimento.

Engajados no processo educacional, os alunos com altas habilidades trazem grandes possibilidades de sucesso escolar aos seus colegas, pois no trabalho colaborativo e na aprendizagem com outros alunos há possibilidade de maior sucesso escolar, principalmente para aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem. O professor deve coordenar as atividades de forma a possibilitar a integração de todos no processo educativo, buscando apropriar-se de inovações teóricas e metodológicas que o ajudem no aperfeiçoamento da sua prática pedagógica, principalmente em turmas com alunos com altas habilidades/superdotação.

Mello e Guimarães (2005) destacam que o professor, especificamente o que encontra na sala de aula alunos com altas habilidades/ superdotação, manifesta preocupação, havendo certa limitação, pois se sente inseguro diante destes alunos talentosos.

O professor deve estar atento para as relações interpessoais estabelecidas em sala de aula, evitando estereótipos que venham a intimidar ou elevar as ações de alunos com altas habilidades/superdotação. Em geral, sabe-se que “as crianças consideradas como superdotadas têm mais problemas sociais do que aquelas não assim rotuladas” (WINNER, 1998, p. 179). Esses estereótipos, se não são desfeitos pelo professor, podem gerar dificuldades de convivência, em função dos sentimentos de rejeição e desprezo.

É notório que a maioria dos problemas observados em alunos com potencial superior tem a ver com o desestímulo e a frustração sentida por eles diante de uma aula expositiva que concorre para a repetição e monotonia e também por um ambiente inadequado em sala de aula, pouco favorável à externalização da expressão do seu potencial.

A metodologia trabalhada na escola não responde de maneira adequada às necessidades dos alunos que apresentam habilidades intelectuais superiores, o que ajuda a explicar a apatia e ressentimento às vezes apresentados por alguns deles. Neste sentido, Virgolim (2007) pontua que a escola ainda não está preparada para lidar com as necessidades especiais dos alunos com habilidades intelectuais superiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional de alunos com altas habilidades/superdotação inicialmente se estabelece pelo esclarecimento de suas características e particularidades, posteriormente pelo reconhecimento da real exclusão que sofrem e do reconhecimento da importância do atendimento especializado na sua área de interesse por meio de ações efetivas no contexto escolar, desenvolvidas por equipe consciente de seu papel frente a esse alunado.

Acreditamos, portanto, que esta pesquisa propiciará contribuições ao contexto educacional no sentido de esclarecer aos educadores e aos profissionais que compõem o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação e demais pesquisadores desta temática, o conhecimento de que alunos com altas habilidades/superdotação não são somente aqueles com habilidades cognitivas na área acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. M. L. **A educação do superdotado**: progressos recentes e perspectivas para o futuro. In: Curso de altas habilidades superdotação/ SEDUC. Piauí, 2007

ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de; FLEITH, Denise de Souza (Org.). **Desenvolvimento de talentos e altas habilidades**: Orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil 1988. Ministério da Educação. Brasília-DF: Esplanada dos Ministérios, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília. Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

_____. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

_____. Lei nº 9.394 de 20/12/96- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília/DF. Diário Oficial da União, nº 248, de 23/12/1996.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Políticas de inclusão**: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FORTES- LUSTOSA, A.V. M. Desenvolvimento moral do aluno com altas habilidades. In: FLEITH, Denise de Souza. ; ALENCAR, Eunice M. L. Soriano. **Desenvolvimento de talentos e altas habilidades**: Orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. **Moral em superdotados**: uma nova perspectiva. 2004. 284 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de Brasília, Instituto de psicologia. 2004.

MELLO, Rosângela Menta; GUIMARÃES, Gisele do R. **Grupo de trabalhos sobre altas habilidades/superdotação**. Disponível em <[http:// altashabilidades. blogspot.com](http://altashabilidades.blogspot.com)>. acesso em: 30 jan.2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas**. Ensaio Pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

PÉREZ, S. G. P. B. **Assincronismo, precocidade e mitos**: Três razões para entender a identidade do aluno com altas habilidades. In: Curso de altas habilidades/ superdotação. Piauí, 2007.

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUSA, Vanilton Camilo (Org.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro; DP&A, 2002.

SABATELLA, Maria Lúcia Prado. **Talento e superdotação**: Problema ou solução? Curitiba: IbpeX, 2005.

VIRGOLIM, Ângela M. R. Altas habilidades/ superdotação: **Encorajando potenciais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

_____. **Altas habilidades e desenvolvimento intelectual**. Porto Alegre: Artmed, 2007.p. 26.